

## A CENSURA DOS LIVROS NO BRASIL: Uma proposta de linha temporal<sup>1</sup>

*Alanna de Lima Silva<sup>2</sup>*  
*Francisco Isaac D. de Oliveira<sup>3</sup>*  
*Natalia Silva de Sousa<sup>4</sup>*  
*Ana Cláudia Ribeiro<sup>5</sup>*

**RESUMO:** A censura dos livros não é uma novidade na história das culturas humanas. Do Oriente ao Ocidente, muitos governos impuseram e praticaram a censura dos livros, impressos, panfletos e textos. As estratégias passavam pelo aumento dos impostos, o que encarecia o livro, ou mesmo, proibindo a população de ter acesso aos livros impressos, ou seja, às novas ideias que circulavam. O objetivo do nosso texto é refletir a partir da história dos excessos de poder praticados pelo Estado, assim, pretendemos fazendo uma linha temporal dos eventos proibitivos desde do período Colonial, passando pelo Império com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro e desaguando na República e passando pelos acontecimentos históricos – recentes – da Ditadura Militar, até nossos dias. A metodologia utilizada nessa pesquisa foi a revisão bibliográfica e consulta a alguns documentos que discutam sobre a censura de livros no Brasil, buscamos rever a literatura especializada que discutiu esse tema anteriormente.

**Palavras-chave:** Censura de livros. História. Ditadura Militar. Livros. Liberdade.

## LA CENSURA DE LIBROS EN BRASIL: Una propuesta de cronología.

**RESUMEN:** La censura de libros no es nueva en la historia de las culturas humanas. De Oriente a Occidente, muchos gobiernos impusieron y censuraron libros, impresos, folletos y textos. Las estrategias pasaban por aumentar los impuestos, lo que encarecía el libro, o incluso prohibía que la población tuviera acceso a los libros impresos, es decir, a las nuevas ideas que circulaban. El propósito de nuestro texto es reflexionar a partir de la historia de los excesos de poder practicados por el Estado, por ello, pretendemos hacer una cronología de los sucesos prohibitivos desde la época colonial, pasando por el Imperio con la llegada de la Familia Real a Río de Janeiro y desembocando en República y pasando por los hechos históricos - recientes - de la Dictadura Militar, hasta el día de hoy. La metodología utilizada en esta investigación fue la revisión bibliográfica y la consulta de algunos documentos que discuten la censura de libros en Brasil, buscamos revisar la literatura especializada que discutió este tema anteriormente.

**Palabras clave:** Censura de libros. Historia. Dictadura Militar. Libros. Libertad.



<sup>1</sup> Esse texto foi escrito (colaborativamente) pelos autores para a disciplina de Metodologia Científica na Graduação em Biblioteconomia na UFRN em 2019. Em 2020, ele foi atualizado, acrescentamos novas discussões e bibliografia, o que deixou o texto mais dinâmico e atualizado com as discussões sobre a história dos livros no Brasil.

<sup>2</sup> Aluna do curso de Biblioteconomia na UFRN; ID Lattes: 8601-1444-9606-4593; ORCID: 0000-0001-8510-1561; e-mail: als@ufrn.edu.br.

<sup>3</sup> Aluno do curso de Biblioteconomia na UFRN; ID Lattes: 8219-4643-8760-4183; ORCID: 0000-0003-2630-9949, e-mail: isaacantassotemum@hotmail.com.

<sup>4</sup> Aluna do curso de Biblioteconomia na UFRN. ID Lattes 5614-1837-3943-4901; ORCID: 0000-0003-3008-800X; E-mail: snathsousa@gmail.com.

<sup>5</sup> Professora orientadora da pesquisa. Atualmente é aluna no doutorado em Ciências da Informação pela UFMG, Mestra em Ciências da Informação pela UFMG, ID Lattes: 6458-6318-2013-9134; ORCID: 0000-0002-6581-7594, e-mail: anacribeiro29@gmail.com.

## Introdução

Ao longo do tempo, e em vários períodos históricos, os livros têm provocado tensões dentro dos governos, no núcleo das religiões dominantes e de certa forma, é indigesto para as comunidades mais tradicionais<sup>6</sup>.

Os livros carregam códigos e novas perspectivas de ver o mundo, é espaço pronunciador da ciência; divulga culturas plurais e mexe na estrutura social hegemônica, provocando conflitos de ideias e de interesses. O livro e os impressos, como panfletos e jornais representam uma luta pelo poder, essa luta é pela hegemonia da opinião pública<sup>7</sup>.

Tivemos a pretensão de escrever um texto que abordasse de alguma forma, uma proposta de periodização histórica da prática da censura contra os livros e impressos no Brasil. Para tanto, buscamos fazer uma discussão onde pudéssemos entender os motivos dos vários governos (colonial, imperial e republicano) em proibir a livre circulação e leitura dos livros e jornais em nosso país. Para a nossa surpresa, existe uma vasta bibliografia que dá conta das muitas proibições que os usuários dos livros enfrentam aqui no Brasil desde o século XVI, quando os primeiros colonizadores desembarcaram em terras americanas. Ao longo da pesquisa, percebemos que a proibição ao acesso aos livros, folhetos e jornais é uma prática corriqueira e usual em nossa cultura política. Primeiramente, essa proibição foi imposta pelos religiosos e por uma elite política que governou o Brasil nos tempos coloniais, esses grupos sociais foram apoiados intimamente pelas elites locais que estavam nascendo naquele momento, e tinham um profundo receio – e medo – da popularização das ideias expostas nos livros.

Nosso interesse foi fazer um texto que buscasse problematizar a história do livro no Brasil, e os desafios impostos a esse meio de comunicação por nossa sociedade. Buscamos referências bibliográficas que contassem essa história de perseguição ao livro. Vimos que a nossa política e sociedade além de perseguir pessoas e instituições, persegue e caça objetos que comuniquem, ou seja, os livros e outros impressos.

Cabe avisar ao leitor que a censura não é exclusividade da política brasileira, a censura é um mecanismo que “poda” as liberdades intelectuais e culturais, sejam elas coletivas ou individuais, essa prática perversa continua sendo amplamente usada no Brasil e em alguns países do continente africano e asiático. Vários governos lançam mão da censura, sejam governos próximos aos ideais do capitalismo ou do socialismo, neoliberais e estatizadores, todos em algum momento já recorreram ao mecanismo de controle social proibindo o acesso aos livros e impressos.

A censura e a proibição da circulação de novas ideias ao longo da história não foram impostas apenas aos livros. A censura foi corriqueiramente utilizada para barrar ideias nas artes, foi amplamente utilizada contra o teatro, a músicas, cineastas, roteiristas, peças de teatro, artistas, cientistas, jornais e jornalistas, revistas, editoras e gravadoras.

Os livros carregam em si duas dimensões de valores, o simbólico e valor monetário. O valor simbólico dos livros vem de uma herança antiga na nossa sociedade, que os valorizavam como produtos intelectuais e sagrados, promoviam a cultura religiosa e os ensinamentos de

<sup>6</sup> Estamos em 2020, e uma discussão vigente nas redes sociais, e na grande mídia e apropriada pela população é sobre o Projeto de Lei 3887/2020, que propõe taxar em 12% com mais impostos a produção e circulação (venda) dos livros no Brasil. Essa proposta foi colocada em pauta pelo Ministro da Economia Paulo Guedes, que faz parte da gestão do atual Governo Federal do Brasil. Imediatamente um cem número de pessoas se posicionaram contra esse tipo de imposto sobre os livros, pois se essa nova taxação se concretizar, vai encarecer ainda mais os impressos no Brasil, dificultando o acesso à informação de qualidade pelos estudantes e a população em geral.

<sup>7</sup> Ver mais sobre essa discussão no clássico ensaio dos pesquisadores Robert Darnton e Daniel Roche “A Revolução Impressa: A Imprensa na França, 1775-1800”.

um povo; o valor monetário é também social, é dado pelo trabalho do autor, os tipos de materiais e todo o trabalho colocado naquele objeto que irá entrar em circulação nas livrarias. Nessa perspectiva, os livros ocupam um lugar no imaginário social poderoso, por meio das páginas e das letras ideias e ideais são transmitidos, ou seja, os textos ajudam a dar forma e entendimento aos eventos históricos praticados na sociedade. Os muitos autores registraram e publicaram esses eventos humanos nas páginas de seus livros, sendo assim, toda uma indústria gráfica começou a se desenvolver com maior velocidade a partir da tecnologia desenvolvida por Johannes Gutenberg<sup>8</sup> no início da Idade Moderna.

No Brasil colonial, que vamos chamar preferencialmente de América portuguesa, o livro também era muito valorizado. Tinha valor simbólico e monetário alto, era em muitos casos, um artigo de luxo numa colônia quase desabitada de leitores de latim, português e espanhol. Os livros precisavam ser importados, esses atravessavam o Atlântico vindos da Europa. Os maiores interessados em importar livros no Brasil colonial eram os religiosos vinculados as várias Ordens Religiosas estabelecidas aqui na América, dentre essas ordens, a mais famosa foi a Cia. de Jesus, liderada pelos Jesuítas. É contraditório, mas os jesuítas foram implacáveis censores, eles sabiam o poder transformador da leitura e dos textos, logo, restringiam o acesso a suas bibliotecas. Já chamamos a atenção para o valor monetário e intelectual dos livros, esses objetos podiam ser perigosos, eles carregavam o germe das mudanças, os religiosos sabiam o poder que o livro carregava.

Em muitos momentos históricos, sucessivas proibições de circulação de textos e livros estiveram presentes na longa duração da história brasileira. Tanto a circulação, quanto a leitura destes provocavam o medo das elites e dos governos aqui no Brasil, e esse medo era sentido também na metrópole portuguesa.

Sendo assim, a história do Brasil está repleta de casos e exemplos de censura imposta aos livros. Desde os tempos coloniais, passando pelo monopólio da Imprensa Régia<sup>9</sup> até a década de 1960, com o Golpe Militar. Os brasileiros passaram por momentos difíceis de privação e proibição.

O povo brasileiro encontrou grandes dificuldades para produzir e conseguir estarem inseridos nas discussões vigentes. Os livros em certos momentos históricos eram artigos de luxo, onde só uma elite letrada tinha acesso; vale salientar as dificuldades com os custos, pois a compra de livros era uma ação cara, onde a maioria da população não tinha recursos para adquirir um exemplar<sup>10</sup>.

Temos que considerar ainda, as dificuldades de distribuição dos livros, num país de proporções continentais como o Brasil. Outra grande dificuldade encontrada pela população eram os impostos cobrados. Já mencionamos isso aqui, mas vale a pena repetir para que fique clara as estratégias dos governos em limitar o acesso à informação, pois informação e conhecimento é poder. Educação é poder, o livro é poder e em muitos casos foi visto como um

<sup>8</sup> Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg, ou simplesmente Johannes Gutenberg (nasceu em Mainz, c. 1400 – faleceu em Mainz, 3 de fevereiro de 1468). Foi um inventor, gravador e gráfico do Sacro Império Romano-Germânico, Gutenberg desenvolveu um sistema mecânico de tipos móveis que deu início à Revolução da Imprensa na Europa moderna.

<sup>9</sup> A Imprensa Régia deteve o monopólio das impressões de livros e jornais durante o Império do Brasil, ou seja, esse monopólio duraria grande parte do século XIX.

<sup>10</sup> Podemos citar como um exemplo: “Quando os revolucionários agarraram a alavanca da prensa e a fizeram baixar nos tipos travados na forma, enviaram um novo fluxo de energia através do corpo político” (DARNTON & ROCHE, 1996. p. 16). O medo do governo metropolitano português era que os impressos e os livros caíssem em mãos revolucionárias, com seu poder mobilizador e transformador, o livro conseguiu estimular e fazer a Revolução Francesa na Europa.

grande estimulante de subversão. Atualmente vemos o Governo Federal liderando campanhas ideológicas contra a ciência, contra as ciências humanas e contra o mundo acadêmico, contra as artes e as letras. Por esses motivos, os livros precisam passar por um longo caminho até chegar na escrivaninha do seu leitor. É uma tarefa extremamente difícil editar um livro, colocá-los em circulação não é uma tarefa fácil.

Comprar um livro no Brasil, foi durante muito tempo uma tarefa homérica. Os livros só estavam dispostos nas prateleiras das livrarias das grandes cidades, isso dificultou muito a circulação das notícias e das ideias. Leitores em cidades do interior do Brasil sempre tiveram dificuldades – fosse do Norte, Nordeste ou mesmo do Sul – o livro estava numa zona de difícil acesso para a maior parte dos interessados. Durante muito tempo, era mais cômodo e econômico comprar um livro na Europa, do que no Brasil, aqui cabe o exemplo do folclorista e historiador potiguar Luís da Câmara Cascudo, esse durante sua infância e adolescência encomendava livros diretamente da Europa<sup>11</sup>.

Ao longo do processo histórico, principalmente colonial, existiram outras formas de aquisição de livros no Brasil.

Existia a aquisição de livros por meio de esmolas e herança após a morte de algum ilustre colecionador de livros, livreiro ou mesmo um padre, pois os religiosos como os jesuítas, carmelitas e franciscanos eram os guardiões das bibliotecas privadas dos conventos<sup>12</sup>. Nesse processo de “aquisição por herança”, os livros eram inventariados, eram recolhidos e passavam por um tempo de custódia até serem liberados para o herdeiro.

Mesmo com todos esses cuidados, os livros passavam por uma ordenação e controle numerário que servia para organizá-los, como também, para obter o controle de quem os acessavam. Todos esses exemplos expostos aqui servem para termos a confirmação de que adquirir um livro na América portuguesa ou no Brasil atual, não raro, foi uma tarefa difícil e dispendiosa, e outras vezes, perigosa com efeito de punição individual para quem ultrapassasse os limites impostos pelo poder do governo.

## **Uma proposta de Linha Temporal para a censura de livros no Brasil**

Como podemos constatar, a história da proibição dos livros no Brasil vem desde o período colonial, quando o poder de avaliar e dizer quais livros deveriam ser lidos pelas poucas pessoas alfabetizadas<sup>13</sup> passava pelo crivo das Ordens Religiosas como a Companhia de Jesus ou mesmo os Franciscanos, muitos religiosos eram os responsáveis em elaborar as listas dos textos proibidos e dos textos que poderiam ter uma circulação maior, os textos aprovados pelos religiosos eram distribuídos pelos colégios católicos espalhados pela colônia, na maior partes das vezes, os textos permitidos eram os de cunho religioso, e que tinham poder educativo junto as populações nativas.

<sup>11</sup> Cascudo estava ligado as elites locais potiguares e quem bancava seus desejos por livros era seu pai. Não raro, os livros eram transportados pelos navios, por viagens atlânticas.

<sup>12</sup> Na maioria das vezes, essa herança livreira e intelectual não saiu dos muros dos conventos dos religiosos.

<sup>13</sup> “26 milhões de franceses, muitos deles encurvados pela pobreza e pela opressão, muitos imersos em profunda ignorância, muitos incapazes de ler a declaração de seus direitos”. (DARNTON & ROCHE, 1996, p. 16). A grave situação em que as pessoas se encontravam fosse na França ou no Brasil é reveladora do analfabetismo e das limitações impostas a elas pela falta de educação e oportunidade de acesso as informações. Fosse na América portuguesa, no período Imperial ou no início da República, existia uma massa enorme de analfabetos no Brasil. De certa forma, essa limitação na leitura pela população era boa para os governos locais, pois a maioria da população não sabia ler e não tinha acesso as informações contidas nos livros, essa situação colaborou profundamente para barrar revoluções e manter o povo “calmo”, um perigo constante eram as leituras coletivas, onde as ideias contidas nos livros eram lidas em voz alta. Essa ação de leitura popular precisa ser mais aprofundada em pesquisas históricas.

Segundo César Augusto Castro, os livros que chegavam à colônia eram pré-estabelecidos por uma lista, os pedidos de compras de livros eram elaborados pelos padres/professores – jesuítas – o pedido de aquisição era assim, enviado ao próprio rei. Esses pedidos de compra eram avaliados por uma junta religiosa e governamental, se a lista de livros fosse aprovada era dada a ordem de compra e posteriormente eram enviados para o Brasil. Esse sistema de controle era adotado tanto em Portugal, como na Espanha. Logo, o controle científico estava resguardado pelo governo e pela Igreja Católica. Assim, as colônias hispânicas e portuguesas ficavam sob o julgo do clero e das elites governamentais e dominantes.

Logo no início da empresa colonizadora na América portuguesa (década de 80 do século XVI), algumas práticas de censura contra os livros já foram experimentadas e colocadas em prática. Vejamos agora, alguns eventos em ordem cronológica para entendermos a censura dos livros.

Os primeiros registros da proibição de livros no Brasil tiveram notícia no ano de 1589, quando foram ordenadas pelos governos Geral e Eclesiástico, que os livros estivessem em ordem e etiquetados, isso não era apenas cuidado com zelo dos livros, mas uma forma de manter o controle sob os textos e também manter o controle sobre as pessoas que os liam, geralmente esses textos estavam nos acervos dos colégios <sup>14</sup> administrados por religiosos como os Jesuítas, e não estavam à disposição de todos. Os cuidados demandados sobre os livros eram também para evitar danos ao patrimônio e furtos, mas não apenas isso, como já foi dito aqui, era um controle sobre os livros e sobre os alunos que demandavam consulta a tais livros, era preciso saber: as escolhas, os leitores, quem os liam? Não existia inocência, existia controle.

Dentre os livros proibidos na América portuguesa, estavam os poéticos e os escritos em romance<sup>15</sup>. Essa era uma prática corriqueira em conventos e universidades da Europa desde a Idade Média, quando o clero católico proibiu muitos textos clássicos do período grego e romano, os textos que relatavam ou discutiam o amor, a paixão, o romance, a alegria, o sorriso eram terminalmente taxados de imorais e foram proibidos por vários anos.

As limitações impostas a circulação dos impressos durariam muito tempo no Brasil. Essa história é uma história de atraso educativo, político e social. Atraso de uma elite política com pensamento social e científico menor; um problema que a sociedade brasileira não soube lidar, aliás, lidou da pior forma possível. Proibindo, e escondendo que censurava e perseguia os livros e seus autores. Esse problema é tão crônico em nossa sociedade, que atravessa o século XIX, chega ao início do século XX, e tem seu ápice na grande perseguição dos intelectuais durante a Ditadura Militar a partir de 1964. Vejamos os outros períodos a partir de agora.

## **O século XIX e as limitações impostas pelo analfabetismo no Brasil**

O século XIX no Brasil foi caracterizado por uma maior circulação e liberdade dos leitores e para os livros e impressos. Porém, uma grande parte da população era analfabeta, não sabia ler e não tinha acesso à educação. Segundo o pesquisador Castro, mesmo o povo gozando de uma relativa liberdade, ele discute o grande impacto que a sociedade oitocentista sofria com a proibição e censura dos livros. Esse controle e observação constante vai acontecer de forma

<sup>14</sup> Em contrapartida a leitura de livros dos santos e da Sagrada Escritura eram leituras obrigatórias nessas escolas.

<sup>15</sup> Dentre as obras proibidas estavam as “poéticas” e os “romances”, estas o rigor eram severamente proibidos, pois causavam devaneio nas mentes dos jovens.

mais incisiva com a chegada da família Real na cidade do Rio de Janeiro em 1808<sup>16</sup>. No início do século XIX, o governo Imperial do Brasil começou a investir em pátios gráficos de jornais oficiais e editoras ligadas e Coroa. Essa nova tecnologia editorial estava implantada na cidade do Rio de Janeiro que era a capital do Império português, outros pátios gráficos estavam na cidade de São Paulo, Recife e Salvador. Nesse momento histórico, São Paulo estava enriquecendo, financiando sua modernização com os recursos da cafeicultura.

Apesar do momento favorável e o aumento da circulação dos livros e de notícias. Esse conhecimento ficava restrito nas camadas sociais mais ricas e letradas, essa pequena fração da população tinha acesso à educação na Europa e nas grandes cidades do Brasil, como Recife, Salvador, Belém, São Paulo e Rio de Janeiro. A baixa adesão aos livros estava nas camadas de trabalhadores analfabetos, a população mais pobre se interessava, porém, não tinha acesso financeiro aos livros e jornais, o que os excluía das discussões políticas e econômicas que estavam em vigência no momento. Esse limite imposto pelo analfabetismo se torna um evento triste na história do Brasil, pois excluiu milhares de pessoas a terem acesso ao livro, a informação, as bibliotecas, e o pior, negando o direito a fala e a reivindicação. O governo imperial do Brasil, não estava preocupado com essa grande parcela da população, as leis eram impostas e na maior parte das vezes não enfrentava oposição ou discussão. É importante deixar claro que no século XIX, a maior parte da população brasileira morava e trabalhava no campo, o que caracterizava o império como uma sociedade agrária, e vale ainda, salientar que o Brasil era terrivelmente escravocrata, imerso numa cultura que valorizava o trabalho compulsório negro. Vale a pena ainda, pensar que a população não tinha posses ou qualquer condição financeira para investir na educação dos filhos e em livros. O grande número de analfabetos foi um obstáculo grandiosos e desafiador para o recém criado mercado editorial brasileiro do século XIX. Dessa forma, os livros foram pouco procurados.

## **O século XX: Ditadura Militar e os custos para a população**

Avançando na nossa linha temporal, vamos buscar entender as políticas para o livro no século XX em suas complexidades. Pensar a censura dos livros na perspectiva brasileira no século XX, é pensar numa política que era extremamente temerosa as ideias do socialismo e comunismo. Esses conceitos, muitas vezes foram erroneamente entendidos e confundidos entre si. As elites políticas e econômicas no Brasil não estavam abertas ao diálogo com os trabalhadores, que era o público acusado de propagar o socialismo e o comunismo entre nós. Assim, os livros importados e para o Brasil e que continham qualquer discussão sobre o trabalho ou o proletariado, ou mesmo, que tivesse capa vermelha era passivo de desconfiança e entrava para lista de possíveis proibições do governo.

No início do século XX, a população brasileira ainda era agrária, proibir ou tirar de circulação livros tidos como perigosos era muito fácil.

Outro momento crucial para entendermos a censura no Brasil, foi o Golpe Militar de março de 1964, que teve como uma das suas principais políticas a perseguição de artistas, intelectuais e de livros. Nesse sentido, o governo militar instituiu o AI-5 e foi um dos períodos mais cruéis na imposição de regras contra os livros.

Além do governo Militar e suas limitações ideológicas que foram impostas por mais de 20 anos no Brasil. A pesquisa de Bruno Nascimento afirma que outro fator que contribuiu para o entrave das ideias por meio dos textos foram os altos preços dos livros, mais uma vez

---

<sup>16</sup> Mas com a chegada da família Real ao Brasil, começou a haver um aumento considerável tanto na produção de livros com a criação da Imprensa Régia, quanto na circulação dos livros, houve uma melhora no acervo, criação e ampliação de bibliotecas. Porém, isso não significou liberdade para se produzir ou ler um livro.

o valor do livro é um dos motivos para o afastamento dos leitores, não vamos nos alongar nessa discussão pois isso já foi mencionado anteriormente nessa pesquisa. Nesse sentido, a nossa sociedade foi podada de ter acesso às discussões contemporâneas que tanto agitaram o mundo nas décadas de 1960 e 1970. Essas limitações dificultaram o acesso das pessoas aos livros. Os altos preços barravam os autores de publicarem e exporem seus pensamentos, o que se convertia numa grande perda para o corpo social, pois a ciência não avançava no Brasil. Até hoje podemos constatar que os livros no Brasil são os mais caros do mundo, com uma carga tributária altíssima, onde professores, alunos, cientistas e leitores no geral não conseguem adquirir os livros desejados. Um exemplo de quão caros eram os livros no Brasil, podemos citar o romance "Cacau" de Jorge Amado, que custava no início da década de 1930 cerca de oito réis, enquanto a mesma edição na Argentina tinha o valor de cinquenta centavos. A onerosidade limita o livro.

Nesse sentido, sabemos que o conceito, a ideia livro tem um valor inestimável ele é caro mesmo, ele provoca, chama atenção, enuncia e mexe com o imaginário, o livro é o responsável pelo conhecimento, estimula a ciência e a indagação, provoca a política e a religião. Por esses motivos, na perspectiva do governo, o livro incomoda e precisa ser mantido sob constante vigilância.

### **A censura de livros durante a Ditadura Militar no Brasil**

Ao longo do tempo, muitos governos autoritários assumiram o poder e tentaram controlar a circulação do conhecimento, esse fenômeno aconteceu no Brasil e na América Latina. Ocorreu também na Europa, na África e Ásia. Segundo a autora Sandra Reimão, ela nos conta que: “Uma das primeiras providências dos regimes autoritários é restringir a liberdade de expressão e opinião; trata-se de uma forma de dominação pela coerção, limitação ou eliminação das vozes discordantes.” (2014, p. 75). Eliminar as vozes discordantes é uma estratégia usada em várias situações e momentos históricos, como já mencionado isso já aconteceu em muitas comunidades e sociedades pelo mundo. Assim, a partir da década de 1960 do século XX, o cerco ao livro foi se fechando cada vez mais, foi o período mais difícil e turbulento para os editores, autores e os livros no Brasil. Um conjunto de políticas ditatoriais impuseram a fiscalização sistemática dos textos e de toda arte produzida aqui no país.

A partir de 1964, já no período da ditadura militar, o ministro da justiça da época, Alfredo Buzaid, determinou que a divulgação de livros e periódicos (nacionais e importados) em todo o país ficaria subordinada à verificação prévia da Polícia Federal, a quem caberia analisar a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes. Se o conteúdo da publicação feria os “princípios da família”, da “política nacional”, os livros deveriam ser encaminhados ao Ministério de Estado da Justiça. Com a justificativa de preservar os bons costumes e a ordem familiar, o governo militar cassou e perseguiu autores e editores, e por conseguinte, muitos livros foram retirados das livrarias e bibliotecas.

Para efetivo do cumprimento da lei, as editoras de livros e periódicos, pessoas que labutavam com materiais impressos, deveriam ser cadastradas nas delegacias da Polícia Federal para eventuais fiscalizações, esse “cadastro” servia para monitorar os responsáveis pelo mercado editorial e de arte. Muitas restrições foram impostas à população, alguns grupos sociais – principalmente os religiosos e militares – apoiavam as medidas do governo militar e viam-se atendidas pelo governo; outros grupos sociais não se viam atendidos pelo governo, e buscavam mais liberdade de expressão e espaço livre para a promoção da arte.

A censura é um mecanismo de controle do estado – autoritário – onde o Estado utiliza seu poder para perseguir ideias contrárias as suas, isso se reflete em fechamento de

instituições, impede ideias revolucionárias, persegue sistematicamente pessoas que não concordam com as políticas vigentes, poda e corta a criatividade, cancela shows, espetáculos, peças de teatros, fecha cinemas e impede a exibição de filmes, fecha exposições e queima livros.

A Ditadura Militar que aconteceu no Brasil a partir da década de 1964, foi a grande responsável pelos limites impostos a cultura nacional e aos impedimentos de circulação dos livros.

No Brasil, durante a ditadura militar (1964-1985), e destacadamente a partir da Constituição outorgada de 1967, a censura oficial do Estado em relação a filmes, peças teatrais, discos, apresentações de grupos musicais, cartazes e espetáculos públicos em geral era exercida pelo Ministério da Justiça (MJ) por meio do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), setor do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP). A partir de 1970, livros e revistas também passaram a ser examinados pelo SCDP-DCDP. (2014, p. 75).

Nesse contexto, o Golpe Militar de 1964 e os outros governos militares que se sucederam até a reabertura na década de 80, a ditadura desempenhou importante papel na censura, instituiu órgãos responsáveis por fiscalizar e retirar livros de circulação comercial e social. Os setores que mais sentiram esse impacto foram os setores da arte e da cultura, o meio acadêmico e universitário também enfrentou forte oposição dos governos militares, vale salientar o papel de protagonismo da PUC-SP<sup>17</sup> nesse contexto.

Assuntos com caráter filosófico, científico, artístico, técnico e didático eram revistos, analisados e discutidos pelos órgãos recenseadores do Estado Militar. Outros assuntos como: sexo, moralidade política e bons costumes também tinham que passar sobre o crivo dos agentes militares. No auge da Ditadura Militar, foi instituído o Ato Número 5 (AI5), essa lei era a mais cruel e devastadora das leis em relação a censura dos livros e a qualquer manifestação contrária às ideologias aceitas pelos militares. Ela demonstrou todo o poder e caráter cerceador das livres ideias, e da livre expressão individual ou coletiva, essas ações violentas mancharam nossa história recente, pois esse período foi profundamente marcado por torturas, mortes, estupros, perseguições a professores e professoras e intelectuais. A censura foi comum durante todo período militar. O controle do Estado estava nas mãos de uma pequena elite econômica, que subjugava a maioria da população que era composta de trabalhadores assalariados. Portanto, todas as instituições que trabalhavam como meio cultural, educação, as bibliotecas, as escolas, foram fiscalizadas e passaram pela mais profunda observação do Estado.

## **Censura de livros e impressos no Brasil contemporâneo**

A censura de livros no Brasil atual ainda não terminou. Continuamente, vemos perplexas tentativas de censura pelo Estado. A censura é um mecanismo perigoso e poderoso, que impede a criatividade, impede a livre expressão e escondem práticas silenciadoras e coercivas colocadas em prática no passado, e com isso, percebemos um vínculo estabelecido entre o que ocorreu e o que se verifica no presente. A partir disso retomaremos os episódios de censura ocorridos principalmente durante a ditadura militar, para reforçarmos as práticas nela existentes, mas sem perdermos o foco específico que é a censura de livros no século XXI.

Nisso vale salientar o principal foco de censura de livros da atualidade, ou seja, livros que tratam da temática de gênero. A pesquisa de Souza (2018) demonstra como foram construídos discursos para justificar a censura a fontes de informação e construção de gênero,

<sup>17</sup> A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), teve uma participação histórica na resistência universitária contra a Ditadura Militar no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970.

além de evidenciar a resistência existente de parte da população que ainda é intolerante a assuntos que discutam sexo e gênero. Na maioria dos casos, a censura ocorreu justamente naqueles livros que abordaram de alguma forma a temática da sexualidade e da construção das identidades de gênero.

Embora tentem mostrar a ‘ideologia de gênero’ como uma teoria elaborada por detratores dos princípios religiosos conservadores, verificamos que a expressão e sua definição são criações dos próprios grupos que a condenam, não sendo encontradas nas principais obras que discutem as discriminações de gênero no ambiente acadêmico. (SOUZA, 2018, p. 270).

Não é de hoje que a preservação “da família”, “da infância” ou “da moral e dos bons costumes” são utilizadas como referências e subterfúgios para justificar a censura.

Os discursos contra a ‘ideologia de gênero’, assim como as consequências desses discursos nas políticas governamentais, se assemelham, em certa medida, aos argumentos utilizados durante o Estado Novo e a Ditadura Militar para combater obras consideradas perigosas ‘à moral e aos bons costumes’.

(SOUZA, 2018, p. 280).

E o autor continua:

Como vimos ao longo do século XX, nem sempre há a necessidade de uma proibição explícita para que livros e outros meios de comunicação sejam censurados. Expressões amplas e vagas como ‘subversão’, ‘ameaça à ordem social’ e à ‘segurança nacional’ foram usadas em diferentes contextos para atender aos anseios de regimes persecutórios. O mesmo pode ser feito com o uso recorrente e atual de expressões como ‘ideologia de gênero’, ‘ataque à família’, ‘apologia ao homossexualismo’, entre outras que aparecem, inclusive, em justificativas de projetos de lei e na aprovação ou rejeição de políticas públicas nos últimos anos.

(SOUZA, 2018, p. 288).

A falta de investimentos na educação, nas escolas, na infraestrutura das bibliotecas, e no profissional bibliotecário é danoso para a sociedade como um todo. Precisamos repensar os usos e a aquisição dos livros, precisamos repensar os acervos, precisamos de mais livros e espaços leitores para a população. Essas práticas reelaboram o nosso fazer profissional, o fazer biblioteconômico ser chamado à uma resistência, se colocando à prova dos mecanismos censuradores por acreditar no poder da diversidade informacional no combate aos preconceitos. Precisamos resistir, pois “a conjuntura atual já se apresenta como um risco para a liberdade de expressão e o acesso à informação.” (SOUZA, 2018, p. 290). Ainda assim, através de fatores que foram reproduzidos durante a censura dos tempos passados, cabe a nós o estudo de alternativas que validem a identificação das possíveis ameaças para o efetivo combate à censura dos meios de informação.

### **Considerações Finais**

Como demonstramos, historicamente a censura dos livros foi amplamente praticada desde o Brasil colonial até a contemporaneidade. De outros jeitos e de outras formas, mas é uma ameaça constante em nossa sociedade.

No período da Ditadura Militar no Brasil, as perseguições se intensificaram, livros foram proibidos de circular, editoras foram vigiadas e autores cerceados de seus direitos. Os livros perigosos eram os que iam de encontro as leis, conclamavam ao debate e denunciavam

a condição subalterna do trabalhador, do negro, das mulheres e dos homossexuais. As ideias fora da caixa dos cristãos e dos militares ofendiam a moral e a família. Mas não eram apenas esses tipos de livros que eram censurados, livros com temáticas consideradas impróprias, como por exemplo os romances eróticos, também eram passíveis de terem a sua circulação proibida.

A história do livro no Brasil é cheia de altos e baixos, os livros já foram considerados heróis e bandidos. Muitos podem imaginar que a censura é algo antigo ou retrógrado, pelo contrário, vemos estratégias diárias do impedimento da circulação dos livros, como exemplo: a taxa extra proposta por Paulo Guedes aos livros, e a apreensão e queima dos exemplares da biografia do cantor Roberto Carlos, a proibição da venda dos HQ com temática homoafetiva na feira do livro do Rio de Janeiro em 2019. Infelizmente, a censura é usual – e presente – na história de nossa sociedade. O ódio e a censura escondem-se atrás do preceito religioso e moral. Dessa forma, o nosso trabalho trouxe em resumo, um pouco do que foi e ainda é a censura de livros no Brasil. Nosso trabalho tentou mostrar os vários discursos históricos sobre a proibição da circulação dos livros. Atualmente, a censura encontra embasamento na teoria do conservadorismo, do conceito de família e das normas de ser homem, branco, heterossexual, em ter a mulher como submissa, é lastimável que grande percentual da sociedade brasileira se identifique e compactue com esse discurso heteronormativo e preconceituoso.

## Referências

CASTRO, César Augusto. PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE LIVROS NO BRASIL: DOS JESUÍTAS (1550) AOS MILITARES (1970). Enc. BIBLI: **R. eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis. n. 20, 2º semestre de 2005. Disponível em <https://doaj.org/article/8e49852e41434c2aa151b581e4c581d3?frbrVersion=2>.

DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel. **A Revolução Impressa: A Impressão na França, 1775-1800**. Tradução de Marcos Maffei Jordan. São Paulo: EDUSP. 1996.

HALLEWELL, Laurence. **O livro do Brasil: sua história**. Tradução de Maria da Penha Vilalobos, Lólio L. de Oliveira e Geraldo G. de Souza. 3. Ed., I. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. A Ditadura Militar e o ensino de História: uma relação conflituosa. **Estação Científica (UNIFAP)**, [S.l.], v. 6, n. 3, p. 29-39, jan. 2017. ISSN 2179-1902. Disponível em <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/2911>. Acesso em: 28 out. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.18468/estcien.2016v6n3.p29-39>

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...” – censura a livros na ditadura militar. **Revista Estudos avançados**, São Paulo, nº 28, v. 80, p. 75-90, 2014.

SOUZA, W. E. R. de. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil no século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v.24, n.1, p. 267-295, jan./abr., 2018.

Recebido em 30 set. 2020  
Aprovado em 04 out. 2020